



Servidores públicos mobilizados por seus direitos em manifestação realizada em Brasília

CONTRIBUIÇÃO

Engenheiros
definem valor das
contribuições

Página 3

DEBATE

Debata sobre
Reforma Política
é realizado no
SENGE-RJ

Página 8

Servidores lutam pelo direito à greve

Sem acordo, a definição de regras sobre direito de greve no serviço público, que está em debate há semanas no Congresso, ficou para 2014.

PÁGINA 5

LUOS

Seminário no
debate Lei de Uso e
Ocupação do Solo

Página 4

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Assinada
Convenção
Coletiva com o
Sinaenco-RJ

Página 7

A história só se repete como farsa

(Karl Marx)

No dia 3 de maio de 1995, os petroleiros aderiram em massa ao movimento de resistência ao projeto neoliberal, somando-se aos eletricitários, telefônicos, trabalhadores dos correios e servidores federais. Essa luta tinha um endereço certo: contra a quebra do monopólio do petróleo das telecomunicações.

O movimento unificado foi perdendo força e os petroleiros sustentaram 32 dias de greve, sendo até hoje um símbolo da história da resistência dos trabalhadores aos governos autoritários.

Em outubro de 2010, a candidata Dilma Rousseff afirma no horário eleitoral: “É um crime privatizar o Pré-sal”.

Na noite de quarta-feira, dia 16 de outubro de 2013, em pleno governo Dilma Rousseff, os petroleiros voltam a entrar em greve, por tempo indeterminado, pela suspensão do leilão de Libra, o primeiro do Pré-sal sob regime de partilha.

No dia 21 de outubro de 2013, a área do Pré-sal de Libra é leiloada. O país vai deixar de arrecadar R\$ 176 bilhões e a Petrobras já combalida e com sérios problemas de caixa, vai ter que pagar R\$ 6 bilhões a título de “bônus de assinatura” por sua participação. Uma empresa do governo vai ter que pagar ao próprio governo por um leilão que não se justifica e não deveria ter acontecido.

Reforma política: solução para o clamor público

FELIPE SANTA CRUZ*

Todos que têm compromisso com nosso país devem refletir sobre as manifestações que varreram as ruas em junho passado. Desde já, ressalto que não me refiro aos subsequentes - e condenáveis - atos violentos de uma minoria que, com traços de radicalismo, busca desestabilizar, numa tentativa vã e ilusória, a mensagem cívica das ruas. O marco histórico é muito mais forte e simbólico: aconteceu quando as principais cidades do país foram tomadas pacificamente por milhares de pessoas - jovens em sua maioria - para externar seus anseios. O sentimento coletivo transbordou em insatisfação e um desejo por mudança nunca visto no período pós-1988 ganhou dimensão nacional. As marchas uniram as críticas reprimidas do cidadão às mais variadas situações sociais.

Buscando cumprir seu papel constitucional, o governo imediatamente se apressou em atender (o que acredita ser) algumas das principais reivindicações. Apesar destes esforços, um ponto ainda desperta a atenção: a rejeição pelos partidos políticos, situação comprovada com a recusa dos manifestantes de associar seus atos a instituições partidárias. Cabe aos governantes compreender a legitimidade destes protestos de junho e pensar.

A OAB do Rio, que acompanhou - e ainda acompanha - tais movimentos na cidade, fez uma leitura do que nos parece mais claro: a nossa juventude, que já cresceu num ambiente de estabilidade econômica e em pleno vigor da Democracia, já não se satisfaz - ou se identifica - com as ações dos partidos po-

líticos. Em poucos dias, revelou-se o verdadeiro abismo que separa a pauta política dos anseios da população. A agenda do governo envelheceu, ficou estagnada na plataforma pós anos 80 (época da Redemocratização), incapaz de atender as necessidades de uma nova geração. Uma crise de representatividade se estabeleceu.

Para a OAB/RJ, a única opção viável é a modernização do modelo de representação política no Brasil. Faz-se necessário um rejuvenescimento das práticas e da agenda de nossas forças democráticas de governo, principalmente, o parlamento. Nesta direção, realizamos no final de junho um ato público, aberto a toda população, visando trabalhar no que entendemos ser útil para o Brasil: a reforma política.

Estamos atuando junto a um comitê de mobilização formado pela sociedade civil para apresentar alternativas ao atual modelo, cada vez mais desacreditado. É fundamental

trazer de volta a institucionalidade. E o único caminho é o da Democracia, a maior conquista dos últimos anos para o Brasil. É aprimorando o modelo democrático que pretendemos recrutar a juventude e setores insatisfeitos para uma nova forma de política. Democracia sem partido é impossível. Nossos políticos não podem tratar a mensagem das ruas como algo menor. Devem, mais uma vez, absorver a mensagem das ruas e refletir, buscando somar ações a este grande movimento de resgate do prestígio da atividade política.

* Felipe Santa Cruz é presidente da OAB-RJ

Cabe aos governantes compreender a legitimidade destes protestos de junho e pensar



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. / 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA

Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Alcebiades Fonseca, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha, Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO EDITORIAL

Alcebiades Fonseca, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos, Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL

Luiz Antônio Cosenza, Rubem Corveto, Nei Rodrigues Beserra, Sonia Rodrigues, Antônio Carlos Soares Pereira, Antônio Gerson Ferreira de Carvalho

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Rita Luppi

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Engenheiros definem valor das contribuições

As duas assembleias foram realizadas no dia 17 de dezembro de 2013

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro realizou no dia 17 de dezembro duas assembleias. Na ocasião, foram aprovados os valores das contribuições do Sindicato para 2014.

A primeira reunião foi aberta a todos os engenheiros, sócios ou não. Na ocasião, os trabalhadores deliberaram sobre o valor da Contribuição Sindical 2014. A segunda, foi voltada para os sócios do Sindicato. Entre os objetivos estava a aprovação dos valores referentes à Contribuição Social para 2014.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2013 (VENCIMENTO EM 28/02/2014)

VALOR PARA QUEM GANHA IGUAL OU ACIMA DO PISO

Até o vencimento	R\$ 192,10
Após o vencimento	R\$ 204,82

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL X CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

▶ É um tributo pago por todos os profissionais de uma determinada categoria ao sindicato que os representa. A obrigatoriedade da contribuição sindical anual está prevista no artigo 579 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): "A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão, ou inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591."

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

▶ É um valor pago a todos os profissionais que desejem se filiar, ou seja, tornarem-se sócios do sindicato.

• É importante não confundir a contribuição sindical com a contribuição social. O pagamento da contribuição sindical é obrigatório a todos os profissionais e está previsto em lei. Já a contribuição social é facultativa, paga apenas pelos engenheiros que desejarem ser sócios do sindicato. Além disso, também é importante destacar que o pagamento da contribuição sindical não torna o engenheiro sócio do Sengen-RJ.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL 2014

VALOR PARA QUEM GANHA IGUAL OU ACIMA DO PISO

Mensalidade em carnê pago no SENGE-RJ	R\$ 42,00
Desconto em folha ou cartão de crédito	R\$ 42,00
Mensalidade em carnê pago no banco	R\$ 46,00*

* Valor da tarifa cobrada pelo banco: R\$ 4,00

VALOR PARA QUEM GANHA ABAIXO DO PISO

Mensalidade	R\$ 21,00
Valor da taxa de retorno para quem paga no SENGE-RJ	R\$ 21,00
Valor da taxa de retorno paga no banco	R\$ 25,00
Valor da mensalidade antecipada em um mês ou mais	R\$ 37,80

VALOR DA ANUIDADE PAGA ATÉ O DIA 20 NOS MESES ABAIXO

	No SENGE-RJ	No banco
Janeiro	R\$ 457,80	R\$ 461,80
Fevereiro	R\$ 462,00	R\$ 466,00
Março	R\$ 466,20	R\$ 470,20
Abril	R\$ 470,40	R\$ 474,40
Maiο	R\$ 474,60	R\$ 478,60
Junho	R\$ 478,80	R\$ 482,80
Julho	R\$ 483,00	R\$ 487,00
Agosto	R\$ 487,20	R\$ 491,20
Setembro	R\$ 491,40	R\$ 495,40
Outubro	R\$ 495,60	R\$ 499,60
Novembro	R\$ 499,80	R\$ 503,80
Dezembro	R\$ 504,00	R\$ 508,00

Seminário no SENGE-RJ debate Lei de Uso e Ocupação do Solo

Foto: Claudionor Santana

O encontro, realizado no dia 8 de novembro, buscou reunir forças em busca de caminhos que respeitem o cidadão e a natureza

Com o intuito de debater sobre a redação de importantes leis urbanísticas do município do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e a Federação das Associações de Moradores do Município (FAM-RIO) promoveram no dia 8 de novembro o seminário Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade. O evento, realizado no auditório do Sindicato, teve como uma de suas propostas reunir forças em busca de caminhos que respeitem, de fato, os interesses dos cidadãos e os direitos já adquiridos.

Logo na entrada, os participantes puderam acompanhar uma ex-

posição com as fotografias sobre o tema. Participaram do encontro, professores da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Pesquisas em Infraestrutura Verde e Ecologia Urbana (Inverde).

Por meio da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) é possível simplificar normas vigentes e criar uma única legislação que regule o uso e a ocupação do solo na cidade. Para que isso aconteça são necessárias as ações de controle e planejamento, respeitando características e a vontade e reivindicações das comunidades.

O diretor do SENGE-RJ, Marco Antônio Barbosa, destacou que o principal objetivo do seminário foi recolher sugestões para o aprimoramento do texto legal e a realização de estudos para o aprofundamento de questões como a do adensamento, para encaminhamento tanto para o Legislativo quanto para o Executivo.



Regina Chiaradia, diretora da Federação da Associação de Moradores do Município de Rio de Janeiro, e Marco Antonio Barbosa, diretor do SENGE-RJ

Foto: Claudionor Santana



Cristina Lontra Nacif, professora de arquitetura da UFF, Vera Tângari, professora adjunta da UFRJ, Flavio Jose Magalhães Villaça, arquiteto e Urbanista e professor colaborador da Universidade de São Paulo, Eliomar Coelho, Vereador do Rio, Sonia Rabello, Bacharel em Direito e Ex-Procuradora Geral da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Nota de Falecimento

• O Senge-RJ lamenta profundamente o falecimento da funcionária e amiga Pâmela Ferreira Lima. Pâmela era secretária da diretoria e trabalhava no Sindicato há cinco anos. Ela era conhecida pela alegria e determinação e era considerada uma funcionária exemplar e dedicada. Era querida por todos os funcionários e diretores. Pâmela tinha 30 anos e faleceu no dia 9 de outubro em decorrência de problemas renais.



No centro do Rio, servidores públicos federais em greve promovem o Dia Nacional de Lutas.

Trabalhadores pressionam pelo direito à greve no serviço público

Para o Sindicato dos Engenheiros, a mobilização e organização é a única forma de garantir o direito dos trabalhadores

Sem acordo entre as partes, a definição de regras sobre direito de greve no serviço público, que está em debate há semanas no Congresso, ficou para o ano de 2014. Novo encontro já foi marcado para 12 de fevereiro.

Segundo a CUT, os trabalhadores entregaram um documento com alterações em 44 itens que compõem a proposta. Entre as discordâncias estão a fixação de percentual mínimo para atividades essenciais ou não essenciais e o intervalo mínimo para o comunicado de greve, antes de sua deflagração.

Pela proposta do relator da comissão, Romero Jucá (PMDB-RR), dependendo do serviço prestado, entre 50% e 60% dos servidores devem continuar trabalhando durante a greve.

Para o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), Gunter Angelkorke, a greve não pode ser tratada como um direito parcial. Ele lembra que a Constituição garante direito pleno de greve ao servidor público. O sindicalista acredita que este tipo de exigência não protege os serviços essenciais, apenas limita ou proíbe a realização de greves.

"São realizadas greves no setor público porque, na maioria das vezes, o governo se recusa a negociar. Se o serviço é considerado como essencial, deveria ter uma regulamen-

tação adequada para remunerar os trabalhadores, mas isso não existe", critica Gunter.

Apesar de estar previsto no artigo 37 da Constituição 1988, o direito de greve do funcionalismo público nunca foi regulamentado. Enquanto esta questão não é definida, continuará sendo resolvida pela Justiça, com base em jurisprudência criada pelo Supremo Tribunal

Federal em outubro de 2007. Ao apreciar a legalidade do movimento grevista de servidores do Ministério da Educação, à época, o STF entendeu que, na falta de regulamentação

do direito de greve do servidor público, deveria ser aplicada a legislação mais pertinente, que era a lei do direito de greve para o setor privado.

Agamenon Oliveira, diretor do SENGE-RJ, destaca que a luta dos trabalhadores é o único contrapeso ao Estado burguês das classes dominantes. "Os trabalhadores vão empurrando a fronteira das limitações impostas pelo sistema e ampliando seu leque de possibilidades", destaca.

O sindicalista avalia que as manifestações de junho estimularam categorias como os professores a partirem para o enfrentamento. "Tudo isso é agravado pela condução por parte dos governos federal, estadual e municipal, que vêm demonstrando total insensibilidade social e política", diz.

São realizadas greves no setor público porque, na maioria das vezes, o governo se recusa a negociar.

Algumas impressões pós-leilão de libra e as questões apontadas pelo movimento sindical

O Brasil vivenciou, na semana passada, sua primeira rodada de licitação de blocos para exploração de petróleo e gás no Modelo de Partilha da Produção. Para esta primeira rodada na “Partilha” somente foi licitado o prospecto de Libra¹, cujas reservas estão estimadas entre 8 e 12 bilhões de barris de óleo recuperáveis. A principal característica deste novo modelo está na possibilidade de a União aumentar sua participação na riqueza gerada com o petróleo, ficando com uma porcentagem do volume produzido (chamado óleo-lucro) e aumentando sua participação nos royalties gerados (antes 10% e agora 15%)².

Apenas um consórcio apresentou oferta para explorar o petróleo e o gás natural de Libra, formado pela Petrobrás, cuja participação era compulsória de acordo com as regras estipuladas no contrato de partilha, e por mais quatro empresas: a anglo-holandesa Shell Royal Dutch, a francesa Total Elf e as chinesas CNPC (China National Petroleum Corporation) e CNOOC (China National Offshore Oil Corporation). A Petrobrás – detentora de 30% do campo por obrigação contratual (Lei 12.351/2010) – ampliou sua participação na licitação em mais 10% e, com isso, garantiu o direito a 40% dos recursos existentes em Libra. Por sua vez, cada empresa europeia ficou com 20% e cada uma das chinesas ficou com 10%. Por ser o único consórcio participante da licitação, as empresas ofereceram os percentuais míni-

mos de bônus de assinatura (R\$ 15 bilhões) e de lucro-óleo (41,65%) para o governo.

Segundo a Petrobrás, o início da produção de Libra deve ocorrer em 2020 e seu pico, cuja estimativa é de 1,4 milhão de barris por dia, está programado para meados da próxima década (entre 2024 e 2025)³. Ainda de acordo com a companhia brasileira, a maior parte dos grandes investimentos na região (estimados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

recursos oriundos de Libra abrem espaço para mudanças estruturais no setor industrial e no mercado de trabalho, bem como para ampliação de um conjunto importante de políticas públicas, principalmente porque há uma vinculação da renda dos royalties com as áreas de saúde e educação. Em segundo lugar, ganha espaço uma discussão sobre a distribuição tanto do petróleo e do gás natural extraído de Libra, como da renda gerada. Isso porque, depois do leilão, embora a

sição do movimento sindical em relação à apropriação de empresas estrangeiras de parte dos recursos existente em Libra. O objetivo perseguido pelos trabalhadores defende que a exploração e produção da região sejam realizadas exclusivamente pela Petrobrás e que 100% da renda do petróleo fique sob a tutela do governo brasileiro. Com isso, todo o petróleo gerado em Libra deveria ser utilizado de acordo com os interesses nacionais (soberania energética, geopolíticos entre outros) e os recursos financeiros obtidos pela sua exploração devem ser exclusivamente dirigidos para a melhora das condições sociais e econômicas da população brasileira. Tal posicionamento se apoia no entendimento de que a descoberta pré-sal tem origem num esforço financeiro e de inovação nacional promovido exclusivamente pela Petrobras e, por isso, não faz sentido a divisão de suas riquezas com o capital privado, seja ele nacional ou estrangeiro.

Os recursos oriundos de Libra abrem espaço para mudanças estruturais no setor industrial e no mercado de trabalho

em mais de R\$ 400 bilhões) deve acontecer a partir de 2017.

A grandiosidade envolvida, seja em termos de produção e investimentos, seja em relação à renda gerada por essas atividades, na exploração do campo Libra provoca uma série de debates sobre o desenvolvimento do país e a relação público-privada. Em primeiro lugar, destaca-se a janela de oportunidade criada para uma forte alavancagem da economia brasileira, por um lado, pela expansão da capacidade produtiva ligada ao complexo do petróleo (indústria petroquímica, naval, metalúrgica etc.) e, por outro, pela geração de uma “nova” renda do petróleo para o governo (parte do petróleo de lucro, royalties etc.). Desse modo, os

maior parte dessa renda fique com a PPSA e a Petrobras, uma porção significativa, embora minoritária, desses recursos está sob a tutela das empresas estrangeiras participantes do consórcio (Shell, Total, CNPC e CNOOC). Essas questões têm sido intensamente debatidas pelo movimento sindical, particularmente o petroleiro.

Sobre o primeiro ponto, considera-se crucial que a produção e os investimentos do pré-sal apoiem a geração de emprego e o desenvolvimento da indústria brasileira. Nesse sentido, o conteúdo nacional e os incentivos à realização de investimentos no país nas atividades da cadeia do petróleo são de extrema importância. Sobre o segundo ponto, há uma forte opo-

¹ O prospecto (feição estrutural e/ou estratigráfica, existente numa bacia sedimentar, que pode ser mapeada e perfurada, contendo reservas de petróleo e gás natural) de Libra corresponde aproximadamente 1.500 km² e fica ao norte da Bacia de Santos, em frente ao litoral da Região dos Lagos fluminense. As perfurações realizadas nesse prospecto devem atingir até 7 mil metros de profundidade.

² Para mais informações sobre os modelos de exploração de petróleo e gás adotados pelo Brasil e sobre o prospecto de Libra, consultar Nota Técnica do DIEESE nº 129, disponível em <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec129LeilaoCampoLibra.pdf>

³ Atualmente a produção brasileira é de pouco mais de 2 milhões de barris por dia.

Mais transparência no Conselho de Furnas

Representantes dos trabalhadores no Conselho de Furnas se reúnem com empregados

Os novos representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração de Furnas inovaram, ao realizar uma reunião com os empregados sobre os pontos de pauta tratados na primeira reunião do Conselho. O encontro é organizado pelos próprios representantes eleitos, Mauro de Mattos Guimarães e Wladimir Rodrigues Ramos, e ocorre uma semana após a reunião com o Conselho.

“Os representantes dos trabalhadores no Conselho têm o mesmo poder de voto dos outros conselheiros. São os trabalhadores podendo contribuir com os assuntos relativos aos negócios da empresa”, explicou Mauro Guimarães, que é administrador e trabalha em Furnas há seis anos.

“Com esta importante iniciativa dos conselheiros eleitos, os trabalhadores têm a oportunidade de conhecer e debater como está sendo administrada e também sobre os rumos que a empresa está tomando. A parte deles está sendo feita; agora temos que incentivar os trabalhadores a participarem e discutirem a empresa e o setor elétrico”, afirmou o di-



Arquivo SENGE-RJ

Representantes dos trabalhadores, Mauro Guimarães e Wladimir Ramos, e o diretor do SENGE-RJ, Miguel Sampaio

retor do Senge-RJ Miguel Sampaio.

Durante a primeira reunião, além de falar sobre o papel do representante, Mauro e Wladimir também destacaram a agenda provável das próximas reuniões, a composição dos membros do Conselho e as decisões que a empresa está tomando em relação a vários empreendimentos em andamento.

Os representantes dos trabalhadores também esclareceram sobre o

parágrafo terceiro do artigo 2º da Lei 12.353 de 28/12/2010, em que estão impedidos de participarem das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam questões trabalhistas.

Mauro Guimarães e Wladimir Ramos foram eleitos com 63% dos votos no segundo turno. No primeiro, eles venceram com 24,39%. Eram sete chapas concorrentes. A votação foi realizada em maio.

Furnas lança PREQ Aditivado

Segundo o diretor do Senge-RJ, Miguel Sampaio, plano de demissão de funcionários pode trazer problemas para a empresa

Furnas lançou o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) Aditivado, programa de demissão incentivada para os trabalhadores. O programa é similar ao criado pelo grupo Eletrobras e que recebeu o nome de Plano de Demissão Incentivada (PID).

O objetivo do PREQ é diminuir a quantidade de funcionários no quadro da empresa. Na primeira edição do programa, iniciado em 2011 e encerrado em agosto de 2013, quase 2 mil empregados foram demitidos. O objetivo é demitir 35% dos funcionários até 2018.

“Isso tem consequências para a empresa”, critica o diretor do Senge-RJ e engenheiro em Furnas Miguel Sampaio. “Esses funcionários não serão repostos e o conhecimento deles também não está sendo passado para quem irá ocupar os seus cargos. Além da simples diminuição do quadro, também há a perda de memória técnica.”

Não há diferenças econômicas entre o PREQ e o PID, que é válido para todas outras empresas do Setor Elétrico. No entanto, no PREQ, Furnas demite o funcionário, enquanto no PID,

o empregado pede demissão. Para o diretor do Senge-RJ, a Eletrobras pode ter escolhido essa maneira para evitar problemas jurídicos.

Os planos foram criados após a Medida Provisória 579 e a Lei 12.783, que foram anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff com a proposta de reduzir a tarifa de energia elétrica e renovar as concessões para o setor elétrico. Com contas menores, a Eletrobras está vendo suas receitas encolherem. Com a renovação das concessões, a empresa perdeu cerca de R\$ 9 bi em receita anual.

Assinada Convenção Coletiva com o Sinaenco-RJ

Em outubro, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos engenheiros em empresas de consultoria com o sindicato que representa as empresas, o Sindicato das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva do Rio de Janeiro (Sinaenco-RJ).

Um dos principais pontos é o reajuste salarial. A partir de maio de 2012, o reajuste foi de 6,5% e, em maio de 2013, o reajuste é de 8% sobre o salário de 2012. O pagamento dos atrasados será feito até dezembro de 2013. Os valores são retroativos a maio de 2012 e válidos até abril de 2014.

O SENGE-RJ retirou da proposta inicial a cláusula que continha o pagamento do Piso Salarial dos engenheiros recém-formados ou com até dois anos de experiência. Essa cláusula, assinada nas convenções anteriores, aceitava que engenheiros com até 2 anos de formado tivessem o piso salarial inferior ao que determina a Lei do SMP (4.950-A/66).

A diretoria alerta que os profissionais prejudicados pela aplicação de cláusulas constantes das CCTs anteriores, que afrontavam a lei do SMP, devem entrar em contato com o Departamento Jurídico do SENGE para que o sindicato possa reivindicar tal direito.



PERGUNTE AO JURÍDICO

O que é contribuição confederativa?

- É aquela que é paga com o objetivo de custear o sistema confederativo do qual o Sindicato faz parte. Ela é fixada em assembleia geral, conforme prevê o artigo 8º inciso IV da Constituição Federal. Não é obrigatória, como a Contribuição Sindical. O Senge-RJ não cobra a Contribuição Confederativa.

Participe!

Envie suas dúvidas para:
imprensa@sengerj.org.br

Senge-RJ promove debate sobre Reforma Política

Os presentes apontaram o tema como estratégico e destacaram a importância de se fomentar o debate na sociedade

“**N**ós temos um debate interdito. A sociedade não tem conhecimento sobre sua capacidade de intervenção na política. Temos que levar o debate da Reforma Política para todos os lugares e usar nossos instrumentos para mudar nossa sociedade”, afirmou o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos, durante o painel Democracia Direta. O debate foi promovido na noite do dia 5 de

outubro na sede do Senge-RJ.

Participaram do evento o deputado federal pelo PT-RJ, Alesandro Molon, e o advogado e integrante da Consulta Popular, Ricardo Gebrim. O diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Osiris Barbosa, foi o mediador da noite.

Proibir a doação das empresas para qualquer partido ou candidato é o primeiro passo para qualquer Reforma Política, afirmou Molon. Além disso, o deputado defende que haja um

limite nas doações realizadas por pessoa física. Para o deputado “essa proposta vai diminuir o peso do dinheiro nas eleições”.

Ricardo Gebrim destacou que não há questão mais estratégica do que o tema da Reforma Política. É uma bandeira que mexe com o sistema de dominação político-burguesa. A esquerda não pode vacilar”, conclui.

O painel Democracia Direta foi realizado pelo Comitê Rio Ficha Limpa e conta com o apoio do Senge-RJ e MCCE.

Diretor do Senge-RJ participa do CONEMI 2013

O diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira, participou, em outubro, do XIII Congresso Nacional de Engenharia Mecânica, Metalúrgica e Industrial (CONEMI). Agamenon participou da mesa que discutiu o papel das entidades profissionais no contexto da inovação tecnológica.

“Entidades sindicais têm que acompanhar essa questão para lutar, durante a negociação coletiva, pelo ganho de produtividade que a inovação tecnológica traz para o trabalhador. Já as entidades de classe, como o Crea-RJ, precisam ficar de olho nas novas atribuições e competências que estão sendo exigidas do engenheiro”, afirmou Agamenon, que foi ao evento representando a Fisenge.

O XIII CONEMI foi realizado entre os dias 2 e 4 de outubro, em Fortaleza.

Abertura da IV Conferência Estadual de Meio Ambiente

Jorge Antonio, diretor do Senge e organizador da Conferência, participou da cerimônia

O diretor do Senge-RJ, Jorge Antonio da Silva, participou da abertura da IV Conferência Estadual de Meio Ambiente. A cerimônia aconteceu na Uerj e contou com a participação da ministra de Meio Ambiente, Isabella Teixeira, do secretário de Estado de Meio Ambiente, Carlos Minc, do representante do Movimento dos Catadores, Sebastião Carlos dos Santos, e do reitor da universidade, Ricardo Vieiralves. A Conferência foi realizada entre os dias 13 e 15 de setembro.

Durante a abertura, Jorge Antonio, coordenador do evento, destacou a importância da participação social na IV Conferência.

“Projetos ambientais têm que ter a participação da sociedade civil. Só a mobilização social, junto com o setor governamental, consegue produzir resultados concretos”, defendeu Jorge Antonio. A presença e articulação do movimento ambientalista é fundamental neste contexto.

Ao final da Conferência, foram ela-

boradas propostas para cada um dos três eixos de discussão. Leia abaixo as propostas mais votadas:

- **Eixo 1:** Produção e Consumos Sustentáveis: priorizar e incentivar as políticas públicas que contemplem os princípios da economia solidária nas atividades de produção, comercialização e consumo, nas áreas de reciclagem, agricultura orgânica familiar, artesanato e pesca artesanal, incentivando as cadeias curtas de produção e consumo.
- **Eixo 2:** Redução de Impactos Am-

bientais: incremento federal aos fundos municipais de meio ambiente dos municípios que têm bom desempenho ambiental.

- **Eixo 3:** geração de Emprego, Trabalho e Renda: Políticas públicas para a legalização das cooperativas e associações de catadores/as, incluindo a regularização fundiária, subsídios para a licença ambiental, regularização do trabalho com redução de INSS e desoneração de cooperativas e associações de catadores em nível municipal, estadual e federal.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. /1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912313246/2012/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---



---CORREIOS---